

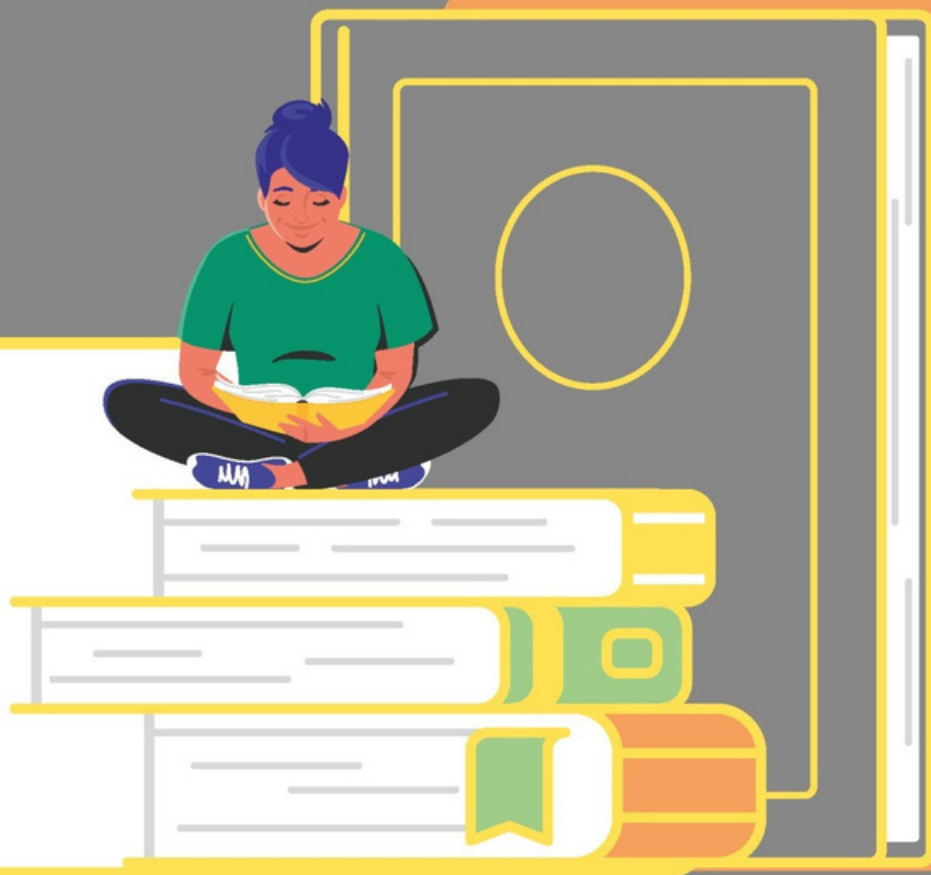
Plano de Estudos

cesec

Filosofia

Ensino Médio

Módulo III



ESCOLA DE FORMAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
DE EDUCADORES DE MINAS GERAIS

Governador do Estado de Minas Gerais
Romeu Zema Neto

Vice-governador do Estado de Minas Gerais
Mateus Simões de Almeida

Secretário de Estado de Educação
Igor de Alvarenga Oliveira Icassatti Rojas

Secretária Adjunta
Fernanda de Siqueira Neves

Subsecretária de Desenvolvimento da Educação Básica
Kellen Silva Senra

Superintendência de Políticas Pedagógicas
Rosely Lúcia de Lima

Diretoria de Modalidades de ensino e Temáticas Especiais
Fabiana Benchetrit dos Santos

Coordenação da Educação de Jovens e Adultos
Denise Jacqueline Silva Oliveira

Superintendente da Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores
Graziela Santos Trindade

Diretora da Coordenadoria de Ensino da EFE
Janeth Cilene Betônico da Silva

Elaboração e construção
Professores Formadores da Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores

Revisão
Equipe Pedagógica e Professores Formadores da Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores

Supervisão
Juliano Alves Andrade
Silene Gelmini Araújo Veloso

Prezado Estudante,

Você está recebendo o Plano de Estudos de **COMPONENTE CURRICULAR FILOSOFIA - ENSINO MÉDIO - MÓDULO III**. Nele você encontrará conteúdos e propostas didáticas que o ajudarão a desenvolver habilidades fundamentais para o prosseguimento ou conclusão de seus estudos.

O material foi elaborado considerando o seu perfil, trajetória de vida, interesses, objetivos e necessidades. Neste Plano de Estudos você encontrará uma diversidade de textos, imagens, vídeos, músicas, questões, exercícios e outras propostas pedagógicas que foram elaboradas pensando em favorecer o seu processo de aprendizagem.

Você deverá desenvolver as atividades didáticas aqui propostas a partir dos suportes disponibilizados neste material e no Google Classroom. Porém, para o esclarecimento de qualquer dúvida ou para uma assessoria mais personalizada para a compreensão de conceitos ou realização das questões você pode contar com a orientação de estudos feita pelo professor orientador da aprendizagem do CESEC em que você está matriculado.

Desejamos que seus objetivos possam ser alcançados e que você continue em seu percurso escolar com sucesso.

Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais

SUMÁRIO

TEMA DE ESTUDO: Política e Trabalho E Tempo e Espaço.....	05
TEMA DE ESTUDO: Tempo e Espaço , Territórios e Fronteiras E Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética.....	28
REFERÊNCIAS	51

.

MODULO NÚMERO III DE ESTUDO CESEC

Referência: Ensino Médio

Ano Letivo: 2025

Área de Conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Componente Curricular: Filosofia

PLANO DE ESTUDOS

Habilidades:

(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos, gráficos, mapas, tabelas etc.).

(EM13CHS202) Analisar e avaliar os impactos das tecnologias na estruturação e nas dinâmicas das sociedades contemporâneas (fluxos populacionais, financeiros, de mercadorias, de informações, de valores éticos e culturais etc.), bem como suas interferências nas decisões políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais.

(EM13CHS203) Contrapor os diversos significados de território, fronteiras e vazio (espacial, temporal e cultural) em diferentes sociedades, contextualizando e relativizando visões dualistas como civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo e cidade/campo, entre outras.

(EM13CHS204) Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.

(EM13CHS501) Compreender e analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a autonomia e o poder de decisão (vontade).

(EM13CHS602) Identificar, caracterizar e relacionar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, com as formas de organização e de articulação das sociedades

em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da cidadania.

(EM13CHS603) Compreender e aplicar conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.) na análise da formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas.

Unidade Temática:

- Política e Trabalho
- Tempo e Espaço

Objetos de Conhecimento:

- A ideia de poder e as configurações culturais;
- Poder e Estado;
- Filosofia política: principais conceitos;
- A democracia e a formação para a cidadania;
- Cidadania Digital e a nova ágora: garantia de acesso para o debate;
- Preconceitos e discursos de ódio: a barbárie civilizada e globalizada através da internet; Da democracia direta à democracia participativa;
- Totalitarismo, democracia e a descentralização da efetivação dos direitos;
- O que é violência?

OBSERVAÇÕES PRELIMINARES...

Nesta primeira parte deste plano de estudos você irá explorar questões relacionadas à filosofia política. Este tema filosófico é fundamental para refletirmos sobre a nossa convivência - e qual a melhor forma de organizarmos esse convívio. Enquanto animais políticos estamos sempre vivenciando relações de poder e buscando estabelecer formas de governo que sejam condizentes com a natureza e as demandas humanas. Mas nem sempre isso ocorre da melhor forma possível... Por que? São questões como essas que iremos explorar ao longo desta primeira parte do presente Plano de Estudos.

I. A QUESTÃO DO PODER

Aristóteles, filósofo grego do século IV a.C., afirmou que o ser humano é, por natureza, um animal político. Ou seja, o ser humano é um animal que só se torna quem é na medida em que se socializa com os seus semelhantes. É a partir dessa dinâmica que desenvolvemos cultura, acumulamos e transmi-

timos educação para as gerações seguintes, enfim, definimos a nossa identidade enquanto indivíduos e enquanto espécie. Não sei se você já parou para pensar, mas somos animais que vivem em grupo - sem exceção. Sem a companhia de um outro não nos apropriamos das linguagens humanas e dos valores humanos - em suma, não realizamos a natureza humana. Isso é ser um animal político. Mas há desdobramentos bem específicos dessa faceta da existência humana...

A filosofia política e o poder

Se ser humano só é possível na relação com o outro, invariavelmente haverá relações de poder sendo estabelecidas entre todos a todo o momento. Essas relações de poder podem se dar de modo harmônico ou podem ser desbalanceadas - o que pode desencadear ações de violência na tentativa de se fazer a manutenção do poder por um dos lados envolvidos na relação em questão. Talvez você já tenha escutado falar ou mesmo estudado sobre os filósofos contratualistas, tal como Thomas Hobbes (1588-1679) e Jean Jacques-Rousseau (1712-1778). Para esses pensadores a vida humana em um estado de natureza acaba levando a situações de conflito - e, para termos mais segurança em meio a essas situações, precisamos abrir mão de um pouco da nossa liberdade para que uma organização mais ampla e estável seja implementada. Esse é o contrato social. E a partir disso, temos uma nova forma de abordar a política (talvez a forma com a qual você mais esteja familiarizado).

A política é a arte de governar, de gerir o destino da cidade. Explicar em que consiste a política é outro problema, pois, se acompanharmos o movimento da história, veremos que essa definição toma nuances as mais diferentes conforme a época, assim como variam as expectativas a respeito de como deve ser a ação do político.

Múltiplos são os caminhos, se quisermos estabelecer a relação entre política e poder; entre poder, força e violência; entre autoridade, coerção e persuasão; entre Estado e governo etc. Por isso é complicado tratar de política "em geral". É preciso delimitar as áreas de discussão.

Desse modo, podemos entender a política como luta pelo poder: a conquista, a manutenção e a expansão do poder. Ou refletir sobre as instituições políticas por meio das quais o poder é exercido. E também indagar sobre a origem, a natureza e a significação do poder. Esse último aspecto sugere questões como: Qual o fundamento do poder? Qual a sua legitimidade? É necessário que alguns mandem e outros obedeçam? O que torna viável o poder de um sobre o outro? Qual o critério de autoridade? (ARANHA & MARTINS, p. 267).

A vida que levamos em nossas cidades evidencia bem alguns dos elementos apresentados no texto acima: associações, órgãos públicos, coletivos culturais, empresas privadas e outras instituições buscando constantemente se manter atuante e relevante, conquistar mais espaço na sociedade e se sobressair perante seus concorrentes e opositores. Eis uma faceta da dimensão política que talvez possa passar despercebida para muitas pessoas - de tão naturalizada que ela está no nosso dia a dia. Nesse contexto, talvez as relações de poder mais paradigmáticas que você se lembre sejam as contendas jurídicas - ações tipicamente resolvidas nos tribunais por meio de acusações e defesas, de condenações e absolvições. Essa e muitas outras dinâmicas se desenvolvem em meio a uma complexa estrutura: o Estado.

Imagem 1: Maquiavel



Exercício de reflexão...

Um outro importante filósofo no âmbito da discussão sobre o poder na política é Maquiavel. Para Maquiavel é conveniente que o governante sempre seja respeitado pelo seu povo. No entanto, na medida em que chegar a esse lugar desejável é difícil, entre ser amado e temido (que muitas vezes é mais fácil do que ser respeitado!), Maquiavel afirma que a segunda opção é a melhor das escolhas para a manutenção do poder e dos seus súditos. Você concorda que, uma vez que estamos em uma posição de poder, é mais desejável ser temido do que ser

amado para nos mantermos nessa posição? Por que ser respeitado é algo difícil no âmbito da política? Na sua relação com a vida política de sua cidade, como você percebe essas pontuações feitas por Maquiavel? Reflita sobre essas questões e registre uma resposta apresentando as suas considerações. Se possível, compartilhe seu registro no fórum de discussão indicado pelo seu professor.

Fonte: Wikipédia, 2024

O Estado e o poder legitimado

Você se lembra que falamos que, para evitar os conflitos que ocasionalmente surgiriam caso vivêssemos em um estado de natureza seria necessário abrimos mão de um pouco da nossa liberdade para assegurar um mínimo de segurança nas relações que estabelecemos com os outros? Pois bem, esse contrato social tem como resultado o surgimento do Estado. O Estado, nesse caso, tem por obrigação proteger os cidadãos - uma vez que eles abriram mão de direitos individuais e, de forma consensual, delegaram ao Estado o poder de legislar sobre todos. Nesse sentido, o Estado se configura enquanto um poder legitimado - e essa configuração começa a ganhar contornos mais nítidos a partir da Idade Moderna.

Vejamos como se deu a legitimação do poder a partir da Idade Moderna. Com o fortalecimento das monarquias nacionais, o Estado passou a deter a posse de um território e tornou-se apto para fazer e aplicar as leis, recolher impostos, ter um exército.

Por isso, segundo o filósofo e sociólogo alemão Max Weber (1864-1920), o Estado moderno é reconhecido por dois elementos constitutivos: a presença do aparato administrativo para prestação de serviços públicos e o monopólio legítimo da força.

Além disso, com a secularização da consciência, o Estado distanciou-se da maneira de pensar medieval, predominantemente religiosa. À tese de que todo poder emana de Deus, contrapôs-se a teoria da origem social do pacto feito sob o consentimento dos indivíduos.

Com a institucionalização do Estado, o governante não mais se identifica com poder, mas é apenas o depositário da soberania popular. O poder legítimo é, portanto, um poder de direito, que repousa não mais na violência nem no privilégio de classe, mas no mandato popular. O súdito transforma-se em cidadão, já que participa ativamente da comunidade cívica.

Sob o impacto do Século das Luzes, no século XVIII, expandiu-se a defesa do constitucionalismo, entendido como a teoria e a prática dos limites do poder exercido pelo direito e pelas leis. Portanto, o poder torna-se legítimo porque emana do povo e se faz em conformidade com a lei. (ARANHA & MARTINS, p. 268).

O Estado é um construto que veio se desenvolvendo ao longo do tempo e que hoje se consolidou de tal forma que percebemos facilmente como internalizamos suas dinâmicas e normatizações. Serviços, burocracias, sanções, proteções e opressões - o Estado é tudo isso e mais um pouco. Por exemplo: o Estado somos nós, uma vez que podemos decidir, em certa

medida, os rumos de seu futuro a partir das nossas intervenções enquanto membros dessa organização política. Mas nesse contexto, não podemos nunca nos esquecer de um detalhe: política é jogo de poderes - e, assim sendo, uma vez que escolhemos depositar a maior parte do nosso poder nas mãos do Estado, é preciso ter consciência das jogadas que fazemos nesse complexo tabuleiro explorado cotidianamente.

O poder institucionalizado

Em suma, podemos dizer que o Estado é o poder institucionalizado. Pense, por exemplo, no tripé fundamental que possibilita a manutenção da nossa sociedade: educação, saúde e segurança. Temos escolas que vão do ensino infantil ao ensino superior - sob responsabilidade do Estado. Temos postos de saúde, unidades de pronto atendimento e hospitais - sob responsabilidade do Estado. Temos delegacias, presídios e tribunais - sob responsabilidade do Estado. Enfim, secretarias de educação, saúde e segurança tratam de suas respectivas pastas e administram esses serviços de modo que todos possam ter acesso a eles. Isso é muito poder concentrado em uma única instância, você não acha?

A POLÍTICA TRATA DAS RELAÇÕES DE PODER

Poder é a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos desejados sobre indivíduos ou grupos humanos. O poder supõe dois polos: o de quem exerce o poder e o daquele sobre o qual o poder é exercido. Nesse sentido, o poder é uma relação ou um conjunto de relações pelas quais indivíduos ou grupos interferem na atividade de outros indivíduos ou grupos.

Para que alguém exerça o poder, é preciso que tenha força, entendida como instrumento para o exercício do poder. Quando falamos em força, é comum pensar-se imediatamente em força física, coerção, violência. Na verdade, este é apenas um dos tipos de força. [...]

Embora a força física seja condição necessária e exclusiva do Estado para o funcionamento da ordem na sociedade, não é condição suficiente para a manutenção do poder. Ele precisa ter legitimidade, que se configura pelo consentimento dos governados.

Ao longo da história humana foram adotados os mais diversos princípios de legitimidade do poder:

- nos Estados teocráticos, o poder legítimo vem da vontade de Deus;
- nas monarquias hereditárias, o poder é transmitido de geração a geração e mantido pela força da tradição;

- nos governos aristocráticos, apenas os melhores exercem funções de mando; o que se entende por melhores varia conforme o tipo de aristocracia: os mais ricos, os mais fortes, os de linhagem nobre ou, até, os da elite do saber;
- na democracia, o poder legítimo nasce da vontade do povo.

A discussão a respeito da legitimidade do poder é importante na medida em que a obediência é prestada apenas ao poder consentido, situação na qual é voluntária e, portanto, livre. Caso contrário, abre-se a brecha do direito à resistência. (ARANHA & MARTINS, p. 267-268).

Portanto, o estado exerce poder legítimo sobre os cidadãos. Isso quer dizer que, para além das relações sutis de poder que existem de todos para com todos - e para com o Estado, este ainda pode lançar mão de forças de coerção para que a ordem seja mantida em nossas sociedades. Nesse sentido, o Estado detém o monopólio da violência: apenas agentes que representam o estado (polícia, exército, guardas municipais etc.) são autorizados a usar meios violentos para garantir a harmonia das relações de poder que estabelecemos entre nós. Diante de tal possibilidade, percebemos o quanto podemos ser prejudicados pelo Estado caso ele adote configurações autoritárias.

Resumindo: até aqui você aprendeu que a política lida com relações de poder; que os filósofos contratualistas fizeram contribuições significativas para compreendermos a relação entre estado de natureza e organização política; que o Estado se configura enquanto poder legitimado uma vez que o elegemos como instrumento ordenador da nossa vida política; que o poder institucionalizado do Estado pode lançar mão de várias ferramentas para manter a ordem nas nossas cidades - inclusive da violência. Bora aprender mais?

II. O DESEJO POR DEMOCRACIA

Uma vez que o Estado detém o monopólio da violência e pode utilizá-la para agir em favor de todos, todos devem sempre estar atentos para que a organização estatal seja democrática e voltada para a manutenção do bem-estar do povo - caso contrário, corremos o risco de assumir (ou sermos vítimas!) formas de governo autoritárias que não concebem o povo como prioridade, mas sim como obstáculos para se alcançar objetivos escusos. Para evitarmos tal configuração política, muitas relações são consolidadas - uma delas se dá pela escolha de representantes com poderes decisórios para ditar os rumos das cidades de acordo com os nossos desejos.

A democracia e suas características

A palavra democracia é formada etimologicamente por dois termos gregos, *demos* e *kratia*, "governo do povo".

No sentido mais primitivo, *demos* designava os diversos distritos que constituíam as dez tribos em que a cidade de Atenas fora dividida por ocasião das reformas de Clístenes (séc. VI a.C.), procedimento que pôs fim à tirania. Com o tempo, *demos* significou genericamente "povo" ou "comunidade de cidadãos". O termo *kratia* deriva de *kratos*, que significa "governo", "poder", "autoridade". Hoje em dia entendemos democracia como "governo do povo", "governo de todos os cidadãos".

Se política significa "o que se refere ao poder", resta-nos perguntar: Onde é o lugar do poder na democracia? Segundo Marilena Chauí, as determinações constitutivas do conceito de democracia são as ideias de conflito, abertura e rotatividade.

a) Conflito

Para muitos, o conflito carrega um sentido pejorativo, como algo que devesse ser evitado a qualquer custo. Ao contrário, divergir é inerente à sociedade pluralista. Se a democracia respeita o pensamento divergente, isto é, os múltiplos discursos, ela também admite uma heterogeneidade essencial; portanto, o conflito de poderes é inevitável. Se evitamos os conflitos, corremos o risco de camuflá-los, ou reduzi-los à mera oposição pela oposição. Na sociedade democrática, o conflito é trabalhado pela discussão e pelo confronto; é assim que a história se faz, nessa aventura em que o cidadão se lança em busca do possível, a partir de dificuldades e imprevistos.

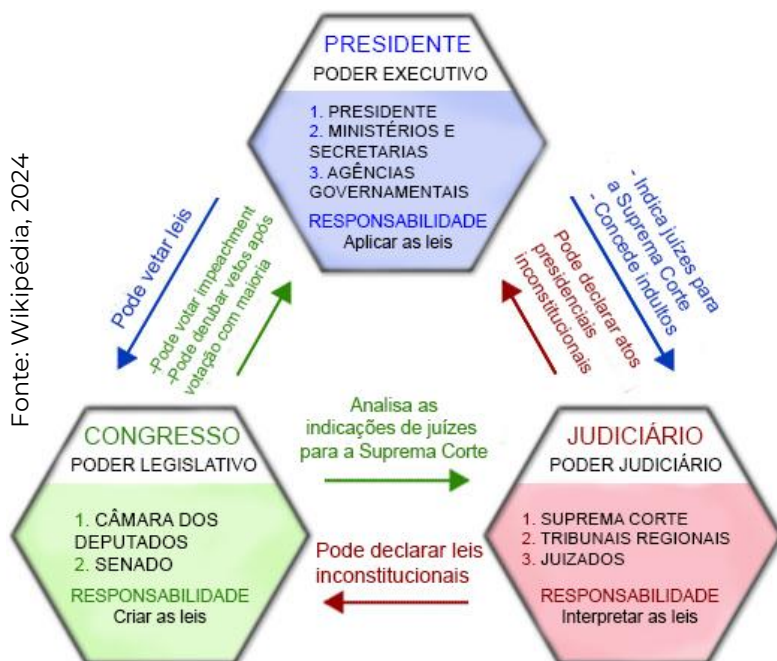
b) Abertura

Na democracia a informação circula livremente e a cultura não é privilégio de alguns. A circulação não se reduz ao mero consumo de informação e cultura, mas pressupõe também a produção de cultura, que a enriquece. Um povo instruído é um povo que aumenta seu poder de reivindicação; daí a necessidade da ampla extensão da educação.

c) Rotatividade

O poder na democracia não privilegia grupo ou classe, mas permite que todos os setores da sociedade sejam legitimamente representados. Por isso o filósofo francês Claude Lefort diz que o lugar do poder é o lugar vazio, ou seja, é o lugar com o qual ninguém pode se identificar para que seja exercido transitoriamente por quem for escolhido para tal. (ARANHA & MARTINS, p. 268-269).

Imagem 2: A separação de poderes



Pois bem, por mais que a democracia seja passível de críticas, hoje ela ainda parece ser a forma de governo mais justa e propícia para a realização da natureza humana. Se conduzida de forma equilibrada ela é capaz de assegurar nossa convivência sem maiores problemas. No entanto, para que isso aconteça, precisamos compreender que o conflito é inerente às

relações humanas e que ele pode representar uma boa oportunidade para mudanças; que o conflito só pode ser administrado de forma democrática se levado adiante por meio do diálogo respeitoso entre posicionamentos contrários; que o conflito pode ser administrado de formas distintas e, por isso mesmo, a rotatividade de representantes no governo é não só bem-vinda, como necessária à manutenção do poder.

Quando a democracia corre perigo

Quando as relações de poder ficam desbalanceadas em uma sociedade democrática, o poder do povo corre perigo. Como aventado anteriormente, geralmente vemos as democracias assumindo a forma de democracias representativas - como é o caso do Brasil. Nessa forma de governo, o povo exerce o poder de forma indireta, na medida em que escolhe os seus representantes para compor o governo por meio de eleições. No entanto, muitas vezes vemos esses representantes, após serem eleitos, esquecendo-se de seus compromissos para com o povo que os elegeu.

Quando isso ocorre, muitos desses políticos passam a buscar a manutenção do poder (se reeleger, conquistar outros cargos de prestígio etc.), priorizando o jogo de poder contra adversários políticos e desconsiderando os interesses da população. Esse é um típico comportamento que enfraquece as relações democráticas - e que muitas vezes dá margem para que governantes insatisfeitos com os rumos da política busquem alternativas mais drásticas para se manterem no poder.

Embora a democracia seja a antítese de todo poder autocrático, o exercício do poder muitas vezes perverte-se nas mãos de quem o detém. Por exemplo, a transparência é um atributo do espaço democrático, por isso o jurista e filósofo italiano Norberto Bobbio prefere definir a democracia como o "poder em público", justamente no sentido de que os governantes devem tomar suas decisões às claras, para que os governados "vejam" como e onde as tomam. [...]

Aceitar a diversidade de opiniões, o desafio do conflito, a grandeza da tolerância, a visibilidade plena das decisões é exercício de maturidade política. Por isso mesmo, a democracia é frágil e não há como evitar o que faz parte da sua própria natureza. Se ela permite a expressão de pensamentos divergentes, entre eles surgirão os que combatem a democracia, por identificá-la à anarquia ou porque desejam simplesmente impor seu ponto de vista; haverá também aqueles que pretenderão homogeneizar os pensamentos e as ações. Um dos riscos é o totalitarismo, como consequência de determinados grupos sucumbirem à tentação de restabelecer a "ordem" e a hierarquia, ou seja, um governo autoritário. [...]

Na história do mundo sempre existiram tiranias. Em virtude de privilégios, o faraó do Egito, o César romano e o rei cristão medieval apropriam-se do poder identificando-o com seu próprio corpo e se tornam intermediários entre os indivíduos e Deus, ou intérpretes da Suprema Razão.

Identificado com determinada pessoa ou grupo, o poder personalizado não é legitimado pelo consentimento da maioria e depende do prestígio e da força dos que o possuem. Trata-se da usurpação do poder, que perde o seu lugar público quando é incorporado na figura do governante. (ARANHA & MARTINS, p. 269-270).

A democracia só funciona porque o poder do Estado é legítimo, ou seja, consentido e, em certa medida, gerido pelo povo. Mas, como vimos, uma vez que é da própria natureza da democracia acolher o contraditório em seu meio, assumimos o risco de vivenciarmos transições de governos que flertam com o autoritarismo. Esses movimentos muitas vezes se dão por meio de um golpe de estado - que consiste na derrubada ilegal de um governo legitimamente estabelecido (isto é, desconsiderando a constituição vigente). E os desdobramentos de tal atitude inconstitucional pode dar forma a governos totalitários que colocam em risco não só a nossa vida política, mas as nossas vidas propriamente ditas.

Totalitarismos e outras perversões da democracia

Provavelmente você já escutou falar de nazismo e fascismo. Esses dois exemplos de perversão política ilustram muito bem a que ponto podemos

chegar quando deturpamos os valores e os propósitos políticos em sua essência. Nessas organizações de governo é comum o emprego da força como recurso para a manutenção da ordem - porém, uma vez que o governo não detém a legitimidade do poder, essa força muitas vezes se transforma em atos desmedidos de violência contra a população. O nazismo alemão e o fascismo italiano são fenômenos que estudamos nos livros de história... Mas não se engane: os danos de tais governos totalitários contra a organização política e a mentalidade da população são tão devastadores que ainda hoje sentimos os seus impactos - e o preocupante: sentimos o quanto eles ainda inspiram ideologias políticas na contemporaneidade...

O totalitarismo, fenômeno político do século XX, mobilizou de modo surpreendente grandes segmentos da sociedade de diversos países. O totalitarismo de direita, conservador, ocorreu, por exemplo, na Alemanha nazista e na Itália fascista; o de esquerda, de orientação comunista, desenvolveu-se na União Soviética, na China e no Leste Europeu.

Nazismo e fascismo

O nazismo alemão e o fascismo italiano apresentavam algumas características principais em comum:

- O Estado interferia em todos os setores: na vida familiar, econômica, intelectual, religiosa e no lazer. Nada restava de privado e autônomo; em todos, o Estado difundia a ideologia oficial.
- Não havia pluralismo partidário, instituição básica da democracia liberal; o partido único, rigidamente organizado e burocratizado, promovia a identificação entre o poder e o povo.
- O partido criou vários organismos de massa: sindicatos de todos os tipos, agrupamentos de auxílio mútuo, associações culturais de trabalhadores de diversas categorias, organizações de jovens, crianças e mulheres, círculos de escritores, artistas e cientistas.
- A disciplina era exaltada, e a figura do chefe, mistificada.
- Os Poderes Legislativo e Judiciário estavam subordinados ao Executivo.
- O Estado concentrava todos os meios de propaganda: o objetivo era veicular a ideologia oficial às massas, forjando convicções inabaláveis e manipulando a opinião pública. Para garantir uma base de apoio popular, geralmente apelava aos sentimentos e à imaginação das pessoas, e não à razão.
- A formação da polícia política (Gestapo, na Alemanha; Organização para a Vigilância e a Repressão ao Antifascismo, a Ova, na Itália),

controlando um enorme aparelho repressivo.

- Campos de concentração e de extermínio, como o de Auschwitz, na Polônia.
- Controle de informações por meio da censura, tanto de notícias quanto da produção artística e cultural.
- Na educação de crianças e jovens, valorização das disciplinas de moral e cívica, visando à formação do caráter, da força de vontade, da disciplina, do amor à pátria; dava-se atenção especial à educação física, tendo em vista o ideal de corpos perfeitamente sadios.
- O nazismo alemão teve conotação fortemente racista e baseava-se em teorias supostamente científicas para valorizar a raça ariana, ou seja, um grupo que se considerava "mais puro" e superior, composto de pessoas brancas, altas, fortes e inteligentes; assim, justificavam-se a perseguição e o genocídio de judeus, de ciganos, considerados "raça" inferior, e de homossexuais, que seriam "degenerados". (ARANHA & MARTINS, p. 270-271).

A descrição do nazismo alemão e do fascismo italiano apresentadas acima nos mostram como o controle pelo Estado busca se tornar absoluto nesse tipos de governo: vida pública e privada nas mãos do Estado; desejos e imaginários moldados pela máquina governamental; pluralidade de partidos e diversidade de ideias cerceados pela propaganda oficial de quem está no poder. Com relação a este último ponto vale destacar o quanto a mentalidade colonizada de um povo, perversamente colonizada por propagadores de ideologias nefastas, acaba servindo como multiplicadora de mentiras e notícias tendenciosas que favorecem a manutenção de um governo ilegítimo no poder. E quanto mais as tecnologias de comunicação vão ganhando espaço na sociedade, maiores os riscos de *fake news* se consolidarem em nossa vida política.



Exercício de reflexão...

O nazismo foi um dos sistemas totalitários mais perversos da história. Pautado por uma ideologia racista radical, os criminosos por trás do nazismo foram responsáveis pela morte de milhões de pessoas pertencentes a diversos grupos minoritários (gênero, classe, etnia, religião etc.). Perspectivas pseudocientíficas, como a ideia de uma raça pura e superior, costumam fundamentar várias ideologias totalitárias. Logo, todo totalitarismo só é possível a partir da intolerância, da violência, da opressão e do

cerceamento das liberdades. Mas, apesar de todas essas questões indefensáveis, ainda hoje vemos pessoas clamarem por ideologias totalitárias no Brasil e no mundo. Por que você acha que posicionamentos políticos, éticos e ideológicos radicais como o nazismo ainda hoje são citados (e, às vezes, defendidos) nos debates políticos? Como podemos combater perspectivas nefastas como essa no nosso âmbito político e educacional? Tente elaborar uma resposta para essas questões e, se possível, compartilhe as suas perspectivas no fórum de discussão proposto por seu professor.

Recapitulando: até aqui você aprendeu que a democracia é uma forma de governo na qual o povo exerce o poder, apesar da presença marcante do Estado nesse processo; que apesar da democracia apresentar riscos inerentes à sua própria estrutura, é possível fazer a manutenção dessa forma de governo de modo satisfatório e constitucional; que quando as características da democracia são deturpadas por algum ator político é possível que essa forma de governo seja corrompida e dê lugar a governos autoritários; que o nazismo alemão e o fascismo italiano são exemplos paradigmáticos para compreendermos o quão nefasto pode ser uma forma de governo totalitário; que o risco do advento de novas formas de totalitarismos ainda rondam as nossas democracias. Bora adiante?

III. POLÍTICA E O MUNDO DIGITAL

É inegável o quanto o mundo político mudou após a consolidação da internet em nossas vidas cotidianas. Tanto a vida política no sentido das relações mais triviais que estabelecemos uns com os outros, quanto da vida política enquanto relações de poder que estabelecemos com o Estado. Atualmente muitas pessoas já estão habituadas a lidar com aplicativos que enviam mensagens de texto e áudio instantaneamente, realizam chamadas de vídeo de forma síncrona, manipulam imagens e elaboram textos a partir da intervenção de inteligência artificial... O que antes era apenas exercícios de futurologia, hoje é uma realidade. E claro que tudo isso não iria ficar de fora do jogo político com vistas à conquista ou manutenção do poder.

A política e as tecnologias de comunicação

Quanto a isso, podemos concordar: as novas tecnologias de comunicação estão transformando a democracia representativa. No entanto, precisamos discutir de forma mais aprofundada sobre quais são os mecanismos dessa transformação. Não basta dizer que “a internet facilitou o acesso a notícias falsas” e, por consequência, essas notícias estariam influenciando as pessoas a tomarem decisões políticas que não tomariam. Na verdade, as pesquisas mais recentes têm apontado a necessidade de considerarmos que as pessoas somente acreditam em conteúdos falsos quando já têm uma predisposição política anterior. Logo, não são influenciadas a alterar uma decisão, apenas a reforçam. Como?

Antes, precisamos registrar alguns pontos. As transformações das tecnologias de comunicação costumam ser acompanhadas de mudanças políticas, provavelmente pelo simples fato de possibilitarem a ampliação dos públicos-alvo das mensagens políticas. Foi assim com os adventos da mídia impressa, do rádio e da televisão. Por outro lado, a internet e, em especial, as redes sociais, têm duas peculiaridades em relação às mudanças anteriores.

A primeira e mais importante é o fato de serem marcadas pela velocidade. Se antes duas ou mais pessoas demoravam semanas, meses ou anos para se comunicarem à distância, hoje, as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) permitem realizações de chamadas de vídeo síncronas. A segunda peculiaridade deriva justamente da interação, pois as redes sociais tornaram possível a comunicação em tempo real entre o emissor e o receptor de qualquer mensagem política, diferente do que permitiam os jornais, o rádio e a TV. Esses entendimentos são básicos, mas importantes para demarcar que as transformações causadas pelas novas TICs são diferentes das anteriores. Isso porque não se referem apenas à atualização das ferramentas comunicacionais (de cartas para chamadas

de vídeo), mas também porque dizem respeito a novas formas de organização da sociedade. (CATELANO, 2022).

A rapidez com a qual as notícias circulam hoje em dia traz um ganho inquestionável para nós. De um modo geral, acesso à informação significa a possibilidade de fazermos escolhas mais acertadas em nossas vidas (uma vez que as nossas variáveis aumentam, assim como as nossas capacidades de elaborar estratégias, ajustar percursos, produzir de forma criativa etc.). Isso faz com que a nossa sociedade seja encarada por muitos estudiosos como a sociedade da informação - isto é, uma sociedade visceralmente moldada pelo ritmo da veiculação das informações. E esse ritmo é vertiginoso! Nesse sentido, não é de se estranhar, por exemplo, como tudo hoje também vem se tornando cada vez mais fugaz (e, geralmente, efêmero). É a esse contexto que a política vem se adaptando - e, nele, vem buscando encontrar o melhor modo de exercer o poder.

Democracia e a informação disseminada na internet

Uma das forças fundamentais para se manter o poder no jogo político é a força ideológica. Como dito anteriormente, uma notícia falsa isolada geralmente não é o suficiente para mudar a opinião de uma pessoa. Mas um ator político astuto e populista geralmente consegue lançar mão de estratégias que alcançam um ponto ou outro de dúvida que um cidadão carrega consigo. É aí que uma informação tendenciosa pode se depositar, por exemplo, e condicionar a forma de pensar das pessoas. Uma *fake news* geralmente possui o poder de inflamar as crenças das pessoas - isto é, fortalecer essa crença de tal modo que mesmo argumentos contrários bem fundamentados não costumam surtir efeito para dissuadi-la. De um modo bem simples, o que vemos nesse campo de batalha é a luta entre razão e emoção.

O problema não é a desinformação em si, mas o fato de haver diversas categorias de notícias falsas nas redes, e todas elas causam um efeito importante.

Na internet você acha todo e qualquer tipo de informação, verdadeira ou falsa. Há aquelas postadas por veículos de notícias e as que são apenas histórias de pessoas e também podem ser confiáveis. E há aquelas que são ruins e mentirosas. Ninguém sabe qual é verdadeira e qual é falsa. Então, no que as pessoas confiam quando não sabem no que acreditar é simplesmente em suas próprias intuições e emoções. Você confia no personagem que você acha que combina mais com você e fala coisas que você acredita. E isso é mais um elemento que beneficia os populistas

porque eles geralmente são melhores em convencer as pessoas.

Não é simplesmente a desinformação pela desinformação, é que a informação circula em bolhas. Na rede você encontra dados e estatísticas para embasar qualquer opinião que você tenha. Cada um tem seus próprios fatos. E eles não estão exatamente certos, mas na internet é possível encontrar tanta coisa que existe informação para o que você quiser, tudo que valide sua opinião.

E estar envolvido em tanta informação assim é mais preocupante que as próprias notícias falsas. Por que é isso que faz com que as pessoas não saibam no que acreditar e parem de prestar atenção nos jornais para guiarem-se apenas pelos sentimentos. E é também isso que está tornando os políticos mais radicais, porque ninguém mais tem a autoridade sobre a verdade ou sobre os fatos. (BARTLETT, 2019).

Como vimos anteriormente, uma das principais características da democracia é a abertura. Ela permite o livre trânsito de informações e o acesso livre a elas - o que, conseqüentemente, favorece o aumento do nível de educação dos cidadãos. No entanto, não é possível realizar tal condição da democracia se vivermos em bolhas, sem abertura ao que é novo e ao diálogo com aqueles que sustentam posições contrárias às nossas. O fechamento em si ou em grupos pode conduzir a extremismos que costumam ser estimulados por emoções intensas - que, por sua vez, são inflamadas por informações (verdadeiras ou falsas) que já se alinham com as nossas crenças anteriores. E uma vez que toda essa dinâmica está cada vez mais célere, mais rápido também devemos voltar as nossas atenções para os processos políticos e usar as tecnologias da comunicação para nos entendermos enquanto um só povo, um só destino - não deixando brechas para o surgimento de novos governos autoritários.



Fonte: Wikipédia, 2024

Recapitulando: até aqui você aprendeu que as tecnologias da comunicação influenciaram decisivamente os processos políticos na contemporaneidade; que a sociedade da informação molda os ritmos da nossa sociedade e, conseqüentemente, o modo como fazemos política; que as tecnologias da comunicação podem ser utilizadas de má-fé para influenciar o posicionamento dos cidadãos através da disseminação de informações e ideologias prejudiciais à democracia.

IV. LEITURA FILOSÓFICA

Até aqui você leu alguns comentários acerca da história e das características da filosofia. Para complementar os seus estudos, logo abaixo você encontra um excerto da bibliografia primária da filosofia - ou seja, ao invés de um comentário ou explicação sobre a filosofia de algum pensador, você irá ler um breve texto de autoria de algum filósofo propriamente dito. Aqui, no caso, separamos um trecho do texto “A mentira: um capítulo das relações entre a ética e a política”, de Celso Lafer. Boa leitura!

A democracia se caracteriza, como aponta Kelsen, por uma visão do mundo baseada no respeito pelo Outro, e pelo princípio de legalidade, do controle e da responsabilidade do poder, que exigem que os governantes sejam expostos à luz pública para o efeito específico das avaliações dos governados. Contrasta com a autocracia, que se fundamenta na hierarquia paternal da desigualdade e na autorreferência solipsista da vontade da soberania e para a qual o ideal do poder é o poder do governante enquanto ser invisível que tudo vê e nada mostra.

É por isso, aliás, que a diplomacia da Idade Moderna tinha como nota o segredo e a dissimulação, pois emanava do poder pessoal de soberanos absolutistas, que não prestavam contas, aos seus súditos, de sua ação e da ação de seus agentes. Será Kant quem irá contestar a tradição da razão de Estado ao ver na publicidade do poder, também no plano internacional, um caminho para a paz, identificando como uma das causas da guerra o arbítrio do soberano não democrático que ignora a vontade dos governados. É por esse motivo que se estabeleceu uma relação entre a democracia interna e a paz externa, e que uma das notas da diplomacia de países democráticos é a propensão para a diplomacia aberta.

Porque a democracia se baseia no princípio da confiança e da boa-fé, e não no medo, ela sucumbe quando a esfera do público perde transparência e se vê permeada pelo segredo e pela mentira, que é o que ocorre quando a palavra esconde e engana, ao invés de revelar, conforme determina o princípio ético da veracidade.

O que converte governados *engagés* em *enragés*, gerando a violência, observa Hannah Arendt, é a hipocrisia da mentira dos governantes. Da mesma maneira, é a mentira dos governantes que gera o ceticismo e a impotência dos governados, que não têm base para agir sem os alicerces da verdade dos fatos. É por isso que a mentira pública, da mesma maneira que o segredo, como exceção ao princípio da transparência do poder, requer um controle, ainda que a posteriori, de natureza pública, na dupla acepção de comum e de visível.

[...]

O direito à plena informação da cidadania, ainda que em certos casos defasado no tempo - que são as hipóteses de sigilo, por um certo período, daquilo que é imprescindível à segurança da sociedade e do Estado -, é mais do que um instrumento jurídico necessário para "domesticar" a propensão ao realismo do poder do príncipe. É, como meio de conter a mentira dos governantes, uma expressão de justiça. Com efeito, a justiça tem entre os seus componentes inarredáveis o valor da igualdade. Este valor a teoria democrática atualizou historicamente, afirmando o primado da veracidade na res publica, ao pressupor como norma geral da convivência humana politicamente ordenada a reciprocidade, e ao postular, conseqüentemente, na relação entre governantes e governados a exigência da 'igualdade de oportunidades' na aferição daquilo que é a gestão do interesse comum. É neste sentido, para evocar o texto do padre Antônio Vieira [...], que "A verdade" - ao contrário da mentira - "é filha legítima da justiça, porque a justiça dá a cada um o que é seu". No caso, dar a cada um o que é seu significa, democraticamente, tornar do conhecimento público, através de uma informação exata e honesta, aquilo que é e deve ser comum a todos: a res publica.

LAFER, Celso. "A mentira: um capítulo das relações entre a ética e a política". Em: NOVAES, Adauto (Org.). Ética. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 233-235.

(ARANHA & MARTINS, p. 270-273).

V. PARA SABER MAIS...

- Vídeos no YouTube:
 - Filosofia política
(Disponível em: <https://youtu.be/PUUNVm5gkGE?si=dHeARMDuvvyIJdT6>).
 - O que é totalitarismo
(Disponível em: <https://youtu.be/cuZE54tcL68?si=dBRljyzGNjMxjfA6>).
- Textos na internet:
 - Pierre Lévy responde: o que a internet está fazendo conosco?
(Disponível em: <https://www.fronteiras.com/leia/exibir/pierre-levy-responde-braskem>).
 - Democracia
(Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/democracia.htm>).

- Livros para expandir o conhecimento:
 - HAN, Byung-Chul. **No enxame**: Perspectivas do digital. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.
 - SAVATER, Fernando. **Política para meu filho**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ATIVIDADES

1. A política pode ser definida como:

- A) a luta pelo poder.
- B) uma característica dos animais não humanos.
- C) uma contraposição às teorias contratualistas.
- D) uma área de estudos das ciências da natureza.
- E) nenhuma das alternativas acima está correta.

2. Sobre o poder legítimo podemos dizer que:

- A) ele repousa sobre a violência.
- B) se baseia no privilégio de classes.
- C) é um poder de direito.
- D) desconsidera o mandato popular.
- E) transforma o cidadão em súdito.

3. As determinações constitutivas do conceito de democracia são as ideias de:

- A) polêmica, bolhas e relação.
- B) demos, kratia e polis.
- C) legislativo, executivo e judiciário.
- D) autoritarismo, totalitarismo e constitucionalismo.
- E) conflito, abertura e rotatividade.

4. Nazismo e fascismo são formas de totalitarismo porque:

- A) legislativo e judiciário eram subordinados ao executivo.
- B) havia censura de informações e produções artísticas.
- C) não havia pluralismo partidário no contexto político.
- D) o Estado controlava os meios de propaganda.
- E) todas as alternativas acima estão corretas.

5. As transformações das tecnologias de comunicação costumam ser acompanhadas de mudanças políticas provavelmente porque:

- A) os cientistas políticos criam ferramentas digitais para moldar opiniões.
- B) elas possibilitam a ampliação dos públicos-alvo das mensagens políticas.
- C) essa dinâmica é fomentada por *fake news* em grupos de WhatsApp.
- D) na internet só circulam notícias verdadeiras e política lida com a Verdade.
- E) nenhuma das alternativas acima está correta.

6. A democracia se caracteriza pelo princípio da legalidade. Explique em suas palavras o que significa essa afirmativa, considerando a sua experiência política enquanto cidadão brasileiro.

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

7. Por que a hipocrisia da mentira dos governantes gera violência e ceticismo entre os cidadãos? Redija um texto dissertativo apresentando exemplos e justificando a sua resposta.

8. Analise a charge abaixo e responda:



(Fonte: CAZO, 2023)

A) quais os principais instrumentos utilizados em nossa sociedade para “vitimar” a verdade em momentos de guerra e crise política?

B) De que modo podemos assegurar a prevalência da verdade no debate público?

C) Qual o papel da escola/educação formal para a manutenção da verdade e a formação cidadã?

PLANO DE ESTUDOS

Habilidades:

(EM13CHS104) Analisar objetos da cultura material e imaterial como suporte de conhecimentos, valores, crenças e práticas que singularizam diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.

(EM13CHS205) Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis.

(EM13CHS303) Debater e avaliar o papel da indústria cultural e das culturas de massa no estímulo ao consumismo, seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas a uma percepção crítica das necessidades criadas pelo consumo.

Unidade Temática:

- Tempo e Espaço
- Territórios e Fronteiras
- Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética

Objetos de Conhecimento:

- Filosofia da Religião: uma reflexão sobre o ser humano e o sagrado; Estética: uma reflexão sobre a arte e a cultura; Experiência estética e os diferentes contextos sociais; Indústria Cultural e cultura de massa; O domínio das mídias sociais e o advento dos novos valores.

OBSERVAÇÕES PRELIMINARES...

Nesta segunda parte deste Plano de Estudos você irá explorar questões relacionadas à filosofia da religião e à estética.

Independente de ter ou não uma religião para moldar nossos valores, é inegável o papel que a fé desempenha na vida da maioria das pessoas. Essa instância distintamente humana é capaz de nos levar a superar adversidades incomensuráveis, revelando facetas da nossa natureza que são inquestionáveis. Nessa perspectiva, podemos falar da importância do sagrado e da nossa habilidade de se conectar com realidades sobrenaturais - isto é, realidades que transcendem o mundo natural que habitamos. Enfim, a fé pode ser individual, mas sua manifestação é algo passível de arrebatá-lo a todos.

No que diz respeito à estética, eis um outro campo da filosofia importante para compreendermos quem somos. Isso porque lidamos com a beleza manifesta em várias coisas que dão significado às nossas vidas - músicas,

filmes, obras de arte em geral... A música é um exemplo paradigmático: quantas vezes não alteramos os nossos ânimos de acordo com o estilo musical que gostamos? O que existe nesses sons, organizados enquanto notas musicais (e, aparentemente, algo intangível), que impactam tão profundamente em nossos estados emocionais? Ou algo preliminar: o que define os nossos gostos por determinados estilos musicais? O que há de “belo” na música a ponto de determinar nossas preferências? Essas e outras problematizações bem caras a nós serão tema de estudos por aqui...

Para compreender um pouco mais sobre esse panorama, confira os textos e as reflexões disponíveis ao longo desta segunda parte do presente Plano de Estudos e aprecie a sua jornada formativa. Bons estudos!

I. A FENOMENOLOGIA DA FÉ

O Brasil é um país laico - ou seja, não há uma religião oficial do Estado e a liberdade religiosa e de culto é um direito assegurado em nossa Constituição Federal (artigo 41). Leis como essa são fundamentais porque estão em consonância com algo intrínseco à natureza humana: a manifestação da fé. Tanto isso é verdade que verificamos no Brasil uma profusão de religiões e práticas relacionadas à espiritualidade: cristianismo, umbanda, espiritismo, candomblé, budismo, dentre outros. Como um fenômeno que perpassa todas as épocas e culturas, e diz respeito à identidade do ser humano enquanto um todo, as práticas vinculadas ao sagrado também serão objetos de estudo no âmbito da filosofia.

Imagem 5: Jerusalém



Fonte: Wikipédia, 2024

A filosofia da religião

Enquanto seres humanos somos animais circunscritos ao âmbito da natureza. Mas também ultrapassamos esse âmbito na medida em que

produzimos cultura ao moldarmos a natureza às nossas necessidades. Em suma, natureza e cultura são as matérias-primas que subsidiam a produção das nossas ciências, filosofias, artes e demais manifestações humanas. No caso do sagrado e da religião, muitas vezes as manifestações que se encontram em suas bases ocorrem na fronteira daquilo que chamamos natureza. Para nós, os acontecimentos corriqueiros do dia a dia são fenômenos naturais e, geralmente, bastam para explicar as muitas relações causais com as quais nos deparamos cotidianamente.

No entanto, às vezes temos experiências que parecem extrapolar o âmbito natural, demandando de nós respostas que parecem não poder ser encontradas dentro dos limites conhecidos e vivenciados diariamente. Experiências místicas, por exemplo, nos colocam em situações que parecem não “respeitar” as ordens estabelecidas pela natureza - e, por isso, nos levam a explorar territórios relacionados ao sobrenatural (que estão acima da natureza) e à metafísica (que estão para além do mundo físico). Nesse sentido, o estudo sobre a fé, as religiões e as práticas espirituais buscam compreender de que modo as nossas experiências com o sagrado são possíveis e se manifestam.

O sagrado é a experiência da presença de uma potência sobrenatural que habita algum ser - planta, animal, humano, coisas, ventos, águas, fogo. Essa potência é um poder que desde sempre e para sempre pertence a determinado ser, mas também algo que, em certas circunstâncias, um ser pode perder ou adquirir. O sagrado é a experiência simbólica da diferença entre os seres, da superioridade e do poder de alguns sobre outros, que por isso são sentidos como espantosos e misteriosos, protetores ou ameaçadores.

A sacralidade introduz uma ruptura entre natural e sobrenatural, mesmo que os seres sagrados estejam na natureza (fogo, água, ar). É considerada sobrenatural a força ou a potência necessária para realizar aquilo que os humanos julgam impossível quando contam apenas com sua própria força e capacidade. Assim, por exemplo, por sua forma e ação misteriosas, benévolas e malévolas, o fogo é um dos principais entes sagrados. Em regiões desérticas, a sacralização concentra-se nas águas, raras e necessárias. Quase todas as culturas consideram que um guerreiro com força, destreza e invencibilidade espantosas as recebeu de uma potência sagrada.

O sagrado opera o encantamento do mundo, habitado por forças e poderes admiráveis que agem magicamente. Criam vínculos de simpatia- atração e de antipatia-repulsão entre todos os seres. Agem a distância, enlaçando entes diferentes com laços secretos. [...]

Além do sentimento da diferença entre natural e sobrenatural, a religião pressupõe que haja o sentimento da separação entre os humanos e o sagrado, ainda que o sagrado possa habitar nos humanos e na natureza.

Essa distinção entre o profano e o sagrado não se exprime apenas no fato de que a divindade cria e conserva a ordem do mundo natural e do mundo humano, mas também na possibilidade de ela intervir de maneira inesperada, alterando por um momento a ordenação existente. Essa intervenção extraordinária e momentânea é o milagre. (CHAUI, p. 280-281).

A religião e suas características

A fé e o sagrado se manifestam de diversas formas. Dependendo do modo como esses fenômenos ocorrem e agregam as pessoas ao seu redor, temos o que chamamos de religiões. Em suma, as religiões possibilitam a conexão entre o âmbito natural e o sobrenatural, entre o mundano e o divino. É uma conexão que leva os fiéis a ressignificarem as suas vidas por inteiro. Desse modo, uma nova realidade é descortinada a partir do momento em que a fé expande as perspectivas de concepção do mundo: novas dimensões ganham concretude existencial, novos seres adquirem *status* de realidade, novas formas de se relacionar com o mundo visível e invisível passam a fazer parte das rotinas dos fiéis. As fronteiras entre o que é mortal e imortal ganham novos sentidos, a natureza humana adquire novos valores, o aqui e o agora passam a fazer parte de uma extensão do espaço-tempo muito mais complexa.

Religião significa vínculo, ligação. Quais partes são vinculadas ou ligadas? O mundo profano - a natureza e os humanos - e o mundo sagrado - as divindades que habitam a natureza ou o espaço sobrenatural.

Nas várias culturas, essa ligação é simbolizada no momento de fundação de uma aldeia, vila ou cidade. O guia religioso traça figuras no chão (círculo, quadrado, triângulo) e repete o mesmo gesto no ar (na direção do céu, ou do mar, ou da floresta, ou do deserto). Esses gestos delimitam um espaço novo, sagrado (no ar) e consagrado (no solo), no qual se ergue o templo ou santuário.

Como se acredita que o espaço coletivo foi fundado pelos ancestrais guiados por deuses protetores, o vínculo se estabelece não só entre os humanos e os deuses, mas também entre os descendentes e os antepassados. Em inúmeras religiões há cultos também para os ancestrais, que vivem num outro mundo e podem interceder junto aos deuses em nome de seus descendentes. [...]

Por meio da sacralização e da consagração, a religião cria a ideia de espaço

sagrado. Os céus, o monte Olimpo (na Grécia), os rios (como o Ganges, na Índia), as montanhas do deserto (em Israel), cidades (como Meca, no islamismo), templos e igrejas (nas nossas sociedades) são santuários. Em certas religiões, esses espaços são a morada dos deuses, enquanto em outras são o lugar onde o deus se manifesta.

O espaço da vida comum se diferencia do espaço sagrado. No primeiro, transcorre a vida profana dos humanos. No segundo, vivem os deuses, são trazidas oferendas e feitas as cerimônias de culto e preces com pedidos às divindades.

A religião não modifica apenas o sentido do espaço. Também qualifica o tempo, dando-lhe a marca do sagrado.

O tempo sagrado é uma narrativa. Narra a origem dos deuses e, pela ação deles, a origem das coisas, das plantas, dos animais e dos seres humanos. Por isso, a narrativa religiosa sempre começa com expressões como: "no princípio", "no começo", "quando o deus X estava na Terra", "quando a deusa Y viu pela primeira vez", etc. [...]

Assim como há dois espaços, há dois tempos: o tempo anterior à gênese dos deuses e das coisas, ou seja, o tempo do vazio e do caos, e o tempo da criação de tudo o que existe, ou o tempo do pleno e da ordem. O tempo sagrado da ordem é subdividido em outros dois tempos: o tempo primitivo, inteiramente divino, e o tempo do agora, profano, em que vivem os seres naturais, incluindo os seres humanos.

Embora a narrativa sagrada seja uma explicação para a ordem natural e humana, ela não se dirige ao intelecto dos crentes, mas ao coração deles. Por se dirigir às emoções e aos sentimentos do crente (esperança, medo, amor, espanto), a religião lhe pede uma só coisa: fé, ou seja, a confiança, a adesão plena ao que lhe é mostrado como ação da divindade. A atitude fundamental da fé é a piedade, ou seja, o respeito pelos deuses e pelos antepassados. A religião é crença, não é saber. A tentativa de transformar a religião em saber racional chama-se teologia. (CHAUÍ, p. 282).

Ocidente e Oriente, revelação e iluminação

As práticas voltadas para o desenvolvimento da espiritualidade são tão vastas quanto os povos e os territórios habitados. Dependendo da cultura e da região às quais nos remetemos, podemos encontrar manifestações distintas de uma mesma religião, por exemplo. Dois exemplos disso são o cristianismo e o budismo. Essas duas práticas voltadas para o sagrado se desdobram em ramos diversos com o passar do tempo e se adaptam de acordo com o lugar em que se estabelecem. De um lado, temos o catolicismo romano, o protestantismo, a ortodoxia bizantina, a ortodoxia

oriental etc.; do outro lado, temos o budismo theravada, o zen, o mahayana, o vajrayana etc. De um lado, uma tradição fielmente voltada para a adoração de um único Deus; do outro lado, uma tradição não-teísta, na qual não existe a figura de um Deus pessoal. Esses exemplos nos mostram o quão diversa pode ser a manifestação do sagrado.

O modo como a vontade divina se manifesta em leis permite distinguir dois grandes tipos de religião. Há religiões em que os deuses manifestam sua lei diretamente, sem recorrer a intermediários. São religiões da iluminação individual e do êxtase místico, como é o caso da maioria das religiões orientais. Essas religiões exigem, para a iluminação e o êxtase, uma educação especial do intelecto e da vontade dos adeptos.

Há, porém, religiões em que a divindade usa intermediários para revelar a lei. É o caso da religião judaica e da islâmica, em que Deus se vale de um ser humano (Moisés, Maomé) para tornar conhecida sua lei. Revelar a lei, contudo, não é suficiente. É preciso também lembrar ao povo as leis, sobretudo quando estão sendo transgredidas. A rememoração da lei e de suas promessas de castigo e redenção é tarefa do profeta, arauto de Deus.

Na religião grega, os deuses também se valem de intermediários para manifestar sua vontade. Por ser misteriosa e incompreensível, essa vontade exige um tipo especial de intermediário, o oráculo, que transmite os enigmas divinos, vê o passado e o futuro e os expõe aos humanos. Ainda que, frequentemente, profetas e oráculos entrem em transe para receber a revelação, isso ocorre não porque tenham sido educados para isso, e sim porque a divindade os escolheu para manifestar-se neles.

No êxtase místico dos iluminados, não há conhecimento ou atividade intelectual que depois seja transmissível a outros. O que há é mergulho e fusão do indivíduo na divindade, numa experiência intraduzível e intransmissível. Já no caso dos profetas e oráculos, o indivíduo tem acesso a um conhecimento que ele pode compreender e que ele tem o dever de transmitir aos outros. Portanto, diferentemente das religiões extáticas ou do êxtase, as religiões reveladas realizam, conservam e transmitem, por escrito ou oralmente, a revelação recebida em visões e sonhos por profetas e oráculos. (CHAUÍ, p. 285-286).



Exercício de reflexão...

Um dos principais fundamentos do budismo é o caminho óctuplo, geralmente apresentado em três grupos que integram uma unidade: sabedoria (constituído por visão correta e intenção correta), conduta ética (constituído por fala correta, ação correta e viver corretamente) e concentração (constituído por esforço correto, atenção correta e concentração correta). Todas as práticas acima favorecem uma existência guiada pelo caminho do meio - isto é, um caminho equilibrado entre extremos como o ascetismo e a permissividade. Observando as características do

budismo apresentadas acima, responda: quais elementos constitutivos do caminho óctuplo caracterizam o budismo enquanto uma filosofia? Geralmente, em meio a todas as perspectivas religiosas, encontramos elementos característicos do âmbito filosófico. Você consegue identificar esses elementos na religião que você adota para a sua vida? Registre as suas respostas a essas duas questões buscando evidenciar características filosóficas inerentes ao âmbito do sagrado e da religião, considerando os nossos estudos e as suas experiências pessoais.

Seja mediato ou imediato, teísta ou não-teísta, a conexão humana com o divino é tão diversa quanto os povos que habitam o mundo. É estranho como é fácil reconhecer essa pluralidade da fé enquanto manifestação humana legítima e, ainda assim, percebermos como a intolerância religiosa continua a se fazer presente em nossa sociedade - ainda mais considerando que a maioria das religiões pregam o amor ao próximo, a compaixão, a piedade, a paz etc. Apesar de serem circunscritas ao âmbito da fé, não podemos deixar de olhar para as práticas religiosas com um olhar crítico e multifacetado - como o fazem a antropologia, a sociologia, a teologia, a psicologia, a história, a filosofia etc. Isso favorece o diálogo inter-religioso, a consolidação da fé dos crentes e uma sociedade mais tolerante.

Recapitulando: até aqui você aprendeu que as religiões possibilitam a conexão do ser humano com o sagrado, rompendo as barreiras entre o que é natural e o que é sobrenatural; que a religião ressignifica a vida do fiel ao

descortinar uma nova realidade diante de seus olhos; que há uma diversidade de religiões assim como há uma diversidade de povos, como são os casos da religiões de revelação e de iluminação; que a maioria das religiões professam o amor e a compaixão ao próximo, o que favorece o diálogo inter-religioso e a construção de uma sociedade mais tolerante e pacífica. Bora explorar outros conteúdos?

II. ESTÉTICA E A QUESTÃO DO BELO

Dentre todas as manifestações humanas, a arte sempre foi uma das que mais chamou a atenção de leigos e estudiosos sobre o assunto. Desde a antiguidade a criatividade humana deixou vestígios por onde quer que tenha passado - nas paredes de cavernas, no couro de animais, em delicados papiros, em tramas de tecidos etc. A arte afeta a alma como um todo, despertando as mais intrigantes e reconfortantes sensações - e muitas vezes nos levando a transcender o significado ordinário de nossas vidas. Música, escultura, pintura, dança, teatro e muitas outras expressões artísticas definem as nossas identidades, as nossas relações com o outro e com o mundo - e muitas vezes nos conduzem por jornadas transcendentais inesperadas.

A arte enquanto expressão humana

O que há de espantoso nas artes é que elas desvendam ou descobrem o mundo recriando-o de outra maneira e em outra dimensão. Justamente porque as artes recriam o mundo com palavras, sons, traços, cores, gestos, movimentos, formas, massas e volumes, a realidade criada não está aquém nem além da obra, mas é a própria obra de arte.

Talvez a melhor comprovação disso esteja na música e na dança.

Feita de sons, a música será destruída se tentarmos ouvir cada som separadamente. Pela harmonia, pela duração, pela combinação de sons e timbres, pelo ritmo, a música cria um mundo sonoro que só existe nela, por ela e que é ela própria.

Feita de movimentos, gestos e ritmos, a dança será destruída se tentarmos isolar cada um desses elementos ou reuni-los mecanicamente como em bonecos. A dança só existe na movimentação e gesticulação ritmadas do dançarino e da dançarina, que recriam o corpo humano assim como recriam o movimento e o ritmo do próprio mundo, cujo sentido e cuja realidade não são senão o ato de dançar.

Toda arte realiza a passagem do instituído ao instituinte, ou seja, faz aquilo que já existe renascer e ser de maneira inteiramente nova. A

transformação ou transfiguração da realidade numa outra, nova e existente apenas no trabalho realizado pelo artista, chama-se obra. [...]

Como a obra de arte passa a ser pensada a partir de sua finalidade, torna-se fundamental sua relação com o público. O público, como espectador, ouvinte, leitor, etc., julga e avalia o objeto artístico conforme tenha ou não realizado a beleza, que está associada à noção de bom gosto. Esse critério de julgamento da obra de arte dá origem ao conceito de juízo de gosto, que será amplamente estudado por Kant (1724-1804). Segundo Kant, o julgamento tem como fundamento o sujeito transcendental, que estabelece racionalmente as condições e regras universais do juízo de gosto, independentemente da variação empírica dos julgamentos individuais.

Gênio criador e inspiração, do lado do artista; beleza, do lado da obra; e juízo de gosto, do lado do público. Esses são os pilares sobre os quais se erguerá, como veremos adiante, uma nova disciplina filosófica: a estética. (CHAUI, p. 299; 302).

Geralmente, quando falamos de arte é muito comum falarmos também de estética. É possível que você nunca tenha ouvido falar de estética associado ao debate sobre arte - mas possivelmente você já escutou falar sobre estética relacionado a algum outro contexto. Por exemplo: possivelmente você já escutou falar de centro de estética, procedimento estético, esteticista e coisas afins... Olhado para todos esses exemplos, o que você acha que eles têm em comum? Em suma, todos eles lidam com a beleza do corpo, buscando evidenciar essa qualidade nas pessoas. Nesse sentido, podemos dizer que, de um modo geral, a estética está diretamente relacionada com o âmbito da beleza. Assim o é no senso comum, tanto quanto na área da filosofia. No entanto, vale a pena analisarmos algumas especificidades que caracterizam a estética filosófica...

A estética no âmbito da filosofia

Filosoficamente, podemos falar em dois grandes momentos de teorização da arte. No primeiro, inaugurado por Platão e Aristóteles, a filosofia tratava as artes do ponto de vista da poética. No segundo, a partir do século XVIII, do ponto de vista da estética.

A obra aristotélica *Arte poética* trata das artes da palavra falada e escrita, do canto e da dança, da poesia e do teatro (tragédia e comédia). O vocábulo poética é a tradução para poesis, que, como vimos, significa “fabricação”. A arte poética estuda as obras de arte como fabricação de seres, ações e gestos artificiais, isto é, produzidos pelos artífices ou artistas.

Enquanto a física estuda os seres e as ações produzidos pela natureza, a poética investiga aqueles que foram fabricados pelos seres humanos.

A obra de arte é pensada como um fazer regado e ordenado, por buscar a conformidade a normas, regras e procedimentos de construção. Por esse motivo, os tratados sobre as artes poéticas escritos desde a Antiguidade até a Modernidade possuíam um caráter prescritivo ou normativo. Sob esse aspecto, a arte poética é preceptiva, isto é, apresenta preceitos para o fazer e o julgar as obras.

O julgamento do valor da obra de arte era, em grande medida, determinado pela qualidade ou dignidade do objeto ou do tema abordado por ela. Esse critério de julgamento se devia à dependência da arte em relação à religião, à ética, à política e à metafísica. Em outras palavras, para delimitar quais temas eram dignos de ser tratados pela obra de arte (por se relacionarem com a verdade e o bem individual e coletivo), os tratados sobre as artes poéticas distinguiram objetos ou assuntos nobres (voltados para o divino, para o bem e para o verdadeiro) de objetos ou assuntos vis, baixos e mesquinhos (voltados para as pequenezas e mesquinharias de nossa vida cotidiana).

O segundo momento de teorização da arte iniciou-se em meados do século XVIII, quando o filósofo alemão Baumgarten (1714-1762) empregou, pela primeira vez, a palavra estética para se referir às artes. Estética é a tradução da palavra grega *aisthetiké*, que significa “conhecimento sensorial” e é derivada de outra palavra grega, *aisthesis*, ou seja, “experiência sensível”, “sensibilidade”.

Inicialmente, a estética se referia ao estudo das obras de arte como criações da sensibilidade (isto é, das experiências dos cinco sentidos e dos sentimentos causados por elas) e da fantasia do artista, tendo como finalidade o belo. Pouco a pouco, essa palavra substituiu a noção de arte poética e passou a designar toda investigação filosófica que tivesse por objeto as artes ou uma arte. Do lado do artista e da obra, a estética busca compreender como se dá a realização da beleza. Do lado do espectador e receptor, interpreta a reação à obra de arte sob a forma do juízo de gosto ou do bom gosto. (CHAUÍ, p. 305).

Pois bem, quando falamos de estética no âmbito da filosofia, estamos falando do estudo acerca da arte (de sua produção, de sua finalidade, de seu impacto etc.). Um exemplo: ao que nos referimos quando dizemos que uma música é triste? Esse sentimento foi atrelado à música de forma intencional pelo seu compositor ou a tristeza está “adormecida” em nós e é “despertada” pela audição da música? Por que há músicas, como a caipira, que remetem a um estilo de vida de forma tão evidente, enquanto outras músicas não conseguem o mesmo feito? Isso é determinado pela cultura ou pela música

em si? E por que músicas mais agitadas costumam nos deixar mais eufóricos e músicas mais calmas costumam ser mais relaxantes? Malhar na academia escutando música eletrônica é mais produtivo do que escutando um bolero, não é mesmo? Enfim, do mesmo modo que podemos fazer esses questionamentos com a música, é possível fazer algo similar abordando a escultura, a pintura, a dança, o teatro...

Imagem 7: A noite estrelada



Fonte: Wikipédia, 2024

Exercício de reflexão...

A noite estrelada, uma das obras mais famosas de Vincent van Gogh, suscita sentimentos variados nos apreciadores dessa pintura. Isso é uma característica singular das obras de arte: afetar e gerar emoções em seus apreciadores. Olhando para a imagem ao lado, quais sentimentos são despertados em seu interior? Você consegue identificar, nomear e compreender o porquê desses sentimentos virem à tona? Registre a sua resposta e, posteriormente, caso tenha interesse, faça uma pesquisa para compreender melhor sobre o contexto de composição dessa obra de van Gogh e os sentimentos mais comuns suscitados por essa pintura.

A questão do gosto

O conceito de gosto não deve ser encarado como uma preferência arbitrária e imperiosa da nossa subjetividade.

Quando o gosto é entendido dessa forma, ele refere-se mais a si mesmo do que ao mundo dentro do qual ele se forma, e esse tipo de julgamento

estético decide o que prefiro em virtude do que sou. Passo a ser a medida absoluta de tudo (aquilo de que eu gosto é bom e aquilo de que eu não gosto é ruim), e essa atitude só pode levar ao dogmatismo e ao preconceito.

A subjetividade em relação ao objeto estético precisa estar mais interessada em conhecer, entregando-se às particularidades de cada objeto, do que em preferir. Nesse sentido, ter gosto é ter capacidade de julgamento sem preconceitos. É a própria presença da obra de arte que forma o gosto: torna-nos disponíveis, supera as particularidades da subjetividade, converte o particular em universal. [...]

Apreciar as qualidades estéticas de uma obra de arte é bem diferente de notar suas propriedades físicas: tamanho, peso, material de que é feito. Seu valor econômico, de troca, também não entra em consideração na apreciação estética.

Costuma-se dizer que a experiência estética, ou a experiência do belo, é gratuita, é desinteressada, ou seja, não visa a um interesse prático imediato. Só nesse sentido podemos entender a gratuidade dessa experiência; jamais como inutilidade, uma vez que ela responde a uma necessidade humana e social.

Ressalte-se que a experiência estética:

- não visa ao conhecimento lógico, medido em termos de verdade;
- não tem como alvo a ação imediata;
- e não pode ser julgada em termos de utilidade para determinado fim.

Algumas vezes essa atitude desinteressada é chamada de contemplativa. Não nos enganemos, entretanto, com o significado dessa palavra. A contemplação não se opõe à ação: ao contrário, ela é também uma ação, pois é percepção ativa, que envolve a antecipação e a reconstrução. É o que se verifica na experiência musical; nas artes visuais (sobretudo em seus aspectos formais, como a relação da figura com o fundo, formas, cores e tonalidades, diferentes planos etc.); na literatura (na estrutura narrativa). (ARANHA & MARTINS, p. 403-404).

A questão do gosto é algo fundamental quando falamos de estética. Como o texto acima nos mostra, gosto e preferência não são equivalentes. A preferência está circunscrita à subjetividade de cada um; já o gosto está relacionado ao conhecimento acerca da arte em questão. Um bom paralelo para compreendermos a diferença entre preferência e gosto pode ser encontrado na degustação de vinho. Eu posso preferir beber um determinado tipo de vinho, mas isso não me impede de reconhecer que um vinho que eu não aprecio tanto, seja de uma qualidade inquestionável. Se

eu conheço um pouco sobre vinhos (tonalidades, aromas, *terroir*, corpo, peso, harmonização etc.) posso ter um gosto apurado para reconhecer um bom vinho - mesmo que ele não seja da minha preferência...

Podemos dizer algo semelhante com relação à obra de arte: posso preferir escutar um estilo de música que, no geral, não costuma figurar no rol daqueles que possuem um gosto apurado para o assunto. A diferença entre o exemplo do vinho e da música (e das artes em geral) é que a arte é inútil - isto é, ela não possui um fim pragmático imediato, estando subordinada a algo específico. A arte tem fim em si mesma, transcende o particular e atinge o universal, serve para a fruição e contemplação humanas (será que o vinho também não pode cumprir essa função em nossas vidas, assim como a arte?). A arte é desinteressada. Caso contrário, deturpamos a finalidade da arte e a objetificamos, instrumentalizando o seu uso e aniquilando toda a beleza que ela carrega consigo.

Resumindo: até aqui você aprendeu que a arte é uma das manifestações humanas mais essenciais e distintivas da nossa espécie; que quando falamos de estética estamos sempre nos remetendo à questão da beleza, independente do âmbito no qual estejamos inseridos; que na área da filosofia a estética lida especificamente com o estudo da arte e da beleza, buscando compreender os seus principais fundamentos; que preferência e gosto não são a mesma coisa, sendo a preferência algo ligado ao particular e gosto algo ligado ao universal; que a arte é inútil por ser desinteressada e possibilitar a contemplação humana. Bora problematizar mais questões?

III. A INDÚSTRIA CULTURAL

Caso você tenha um pouquinho de intimidade com a filosofia é possível que você já tenha escutado falar sobre indústria cultural. Esse conceito é fundamental para compreendermos, dentre outras coisas, como muitos produtos são concebidos e disseminados em nossa sociedade - e como eles muitas vezes moldam as nossas relações, geram comportamentos massificados e promovem um consumismo exacerbado. Elaborado por pensadores alemães da Escola de Frankfurt, o conceito de indústria cultural é determinante para nos ajudar a compreender o funcionamento das estruturas de dominação política, os perigos inerentes ao sistema capitalista, as artimanhas das ideologias voltadas para o controle social etc.

A arte e sua reprodução na cultura

A modernidade concluiu um processo que a filosofia começara desde a Grécia: o desencantamento do mundo. Essa expressão se refere à passagem do mito à razão, da magia à ciência e à lógica. Entre outras

coisas, esse processo liberou as artes da função e da finalidade religiosas, dando-lhes autonomia.

No ensaio sobre a destruição da aura, Walter Benjamin assumia uma posição otimista, pois imaginava que a reprodução das obras de arte (pelo livro, pelas artes gráficas, pela fotografia, pelo rádio e pelo cinema) permitiria à maioria das pessoas o acesso a criações que, até então, apenas uns poucos podiam conhecer e fruir. Benjamin esperava que houvesse a democratização da cultura e das artes.

O otimismo de Benjamin não era infundado. De fato, quando levamos em consideração os efeitos sociais e políticos do primeiro grande meio de comunicação de massa, a prensa de Gutenberg (e. 1498-1568), podemos verificar sua importância para a democratização da cultura. O primeiro livro impresso pela invenção de Gutenberg foi a Bíblia, que até então existia apenas em manuscritos redigidos em idiomas de uso ritual (como o latim ou o grego) e, portanto, só era lida por especialistas. Ao iniciar a Reforma Protestante, Martinho Lutero (1483-1546) traduziu a Bíblia para o alemão e a reproduziu mecanicamente. Pela primeira vez o texto sagrado dos cristãos podia ser adquirido e lido por todos os que conheciam o alemão. O mesmo ocorreu quando João Calvino (1509-1564) fez com que ela fosse traduzida para o francês e os reis da Inglaterra a mandaram traduzir para o inglês. (CHAUÍ, p. 308).

O exemplo acima mostra uma perspectiva interessante a respeito da reprodutibilidade da arte. Uma vez que muitas produções artísticas são criadas sob a égide da elite, o acesso a elas pode ser limitado - o que é uma grande injustiça com relação a todos que poderiam fruir a beleza dessas obras, mas acabam sendo privados disso. Disponibilizar essas artes ao público, reproduzindo-as e as disseminando na sociedade, poderia ser uma alternativa satisfatória para tornar a educação e a contemplação artísticas algo mais comum entre as pessoas. A prensa de Gutenberg foi uma inspiração para a concepção desse pensamento de universalização da arte.

No entanto, hoje o contexto é outro: ideologias políticas se digladiando entre si para conquistar mais espaço na sociedade, sistemas econômicos despreocupados com o bem-estar social e comprometidos apenas com o lucro, progressos tecnológicos incessantes e altamente impactantes nas relações que estabelecemos conosco e com os outros... Essas e outras mudanças criam um contexto único, dentro do qual pensar a reprodutibilidade da arte exige uma atenção minuciosa, caso não queiramos descaracterizar a essência que define as produções artísticas.

Imagem 8: Pop art



Fonte: Wikipédia, 2024

A arte submetida às regras de mercado

Apesar de seu otimismo, Walter Benjamin considerou a existência de um obstáculo à democratização das artes: o capitalismo, que as transforma em mercadorias para consumo. Esse aspecto do processo só seria examinado em detalhe por dois de seus colegas da Teoria Crítica: Adorno (1903-1969) e Horkheimer (1895-1973). De fato, a partir da Segunda Revolução Industrial, no século XIX, e prosseguindo no que se denomina agora sociedade pós-industrial, as artes foram submetidas a uma nova servidão: às regras do mercado capitalista e à ideologia da indústria cultural.

Assim, perdida a aura, a arte não se democratizou, mas se massificou para consumo rápido no mercado da moda e nos meios de comunicação de massa. Baseada na ideia e na prática do consumo de "produtos culturais" fabricados em série, transformou-se em coisa leve, entretenimento e diversão para as horas de lazer.

Como escrevem Adorno e Horkheimer, a obra de arte não ultrapassa mais o mundo dado. É "arte sem sonho" e, por isso mesmo, é sono, ou seja, adormece a criatividade, a consciência, a sensibilidade, a imaginação, o pensamento e a crítica, tanto do artista como do público.

Sob o poderio de empresas capitalistas, as obras de arte críticas e radicais foram esvaziadas para se tornarem entretenimento. A força de conhecimento, crítica e invenção das artes ficou reduzida a algumas produções da arte erudita. Enquanto isso, o restante da produção artística

transformou-se em sinal de status social e prestígio político para artistas e seus consumidores e em meio de controle cultural por parte dos empresários e proprietários dos meios de comunicação de massa.

Submetidas aos efeitos da massificação da indústria e do consumo culturais, as artes correm o risco de perder algumas de suas principais características:

1. de expressivas, tornarem-se reprodutivas e repetitivas;
2. de trabalho da criação, tornarem-se eventos para consumo;
3. de experimentação do novo, tornarem-se consagração pelo consumo;
4. de duradouras, tornarem-se parte do mercado da moda, efêmero, sem passado e sem futuro;
5. de formas de conhecimento que desvendam a realidade e alcançam a verdade, tornarem-se dissimulação da realidade, ilusão falsificadora, publicidade e propaganda. (CHAUÍ, p. 308-309).

Arte enquanto entretenimento, enquanto produto feito sob demanda. Essa é a tônica que encontramos na maioria dos segmentos artísticos nos dias de hoje. Olhe para o cinema, por exemplo: com muita frequência vemos a realização de sessões-teste de filmes para avaliar de forma antecipada (antes da estreia do filme nos cinemas ou *streaming*) se o público e os investidores gostaram do corte apresentado. Caso a resposta seja positiva, o filme tem sinal verde para seguir o caminho que já vinha trilhando; caso contrário, é necessário ajustes de percurso para que o filme caia nas graças da audiência e de seus financiadores. Agora me responda: um filme desses é arte ou entretenimento?

De modo semelhante, podemos falar da indústria fonográfica. Quantos músicos não surfam na onda daquele estilo que está na moda? Se o forró universitário está em alta, novas bandas desse estilo aparecem na cena musical; se a preferência agora é pelo sertanejo universitário, o arrasta-pé sai de cena e entra a música caipira repaginada. No final das contas, podemos dizer que existe música autoral que pode ser considerada arte nos dias de hoje? Certamente! Mas dificilmente você a escutará nas rádios ou em grandes festivais de música. Essas obras de arte acabam sendo apreciadas em pequenos nichos, por grupos pequenos de apreciadores de determinados estilos musicais. Se essas músicas artísticas não podem ser tornar produtos vendáveis facilmente, geralmente irão permanecer nas sombras dos grandes sucessos musicais feitos para consumo em massa...

Quando a arte se torna espetáculo

As obras de arte e de pensamento poderiam democratizar-se com os novos meios de comunicação. Em princípio, as pessoas teriam acesso a elas, poderiam conhecê-las, incorporá-las em sua vida, criticá-las, e os artistas e pensadores poderiam superá-las com outras obras. No entanto, a indústria cultural separa os bens culturais pelo seu suposto valor de mercado: há obras caras e raras, destinadas aos privilegiados que podem pagar por elas, formando uma elite cultural; e há obras baratas e comuns, destinadas à massa. Assim, a indústria cultural introduz a divisão social entre elite "cult" e massa "inculta", e a reforça por meio da ideologia, que tacha a produção popular de "tosca", "primitiva" ou "ultrapassada".

Ao mesmo tempo, a indústria cultural cria a ilusão de que todos têm acesso aos mesmos bens culturais, podendo escolher livremente o que desejam, como num supermercado. No entanto, basta vermos que, pelos preços, já se selecionou de antemão o que cada grupo social pode e deve ouvir, ver ou ler. No caso dos jornais e revistas, por exemplo, a qualidade do papel, o estilo das letras e imagens, o tipo de manchete e de notícia publicada definem o consumidor e determinam o conteúdo daquilo a que ele terá acesso.

Inventa-se também a figura do "espectador médio", do "ouvinte médio" e do "leitor médio", aos quais são atribuídas certas capacidades mentais "médias", certos conhecimentos "médios" e certos gostos "médios", oferecendo-lhes produtos culturais do mesmo nível. Que significa isso?

A indústria cultural vende cultura. Para vendê-la, deve seduzir e agradar o consumidor. Para seduzi-lo e agradá-lo, não pode chocá-lo, provocá-lo, fazê-lo pensar, fazê-lo ter informações novas que o perturbem, mas deve devolver-lhe, com nova aparência, o que ele já sabe, já viu, já fez. A "mídia" é o senso comum cristalizado que a indústria cultural devolve com cara de coisa nova.

A indústria cultural define a cultura como lazer e entretenimento, diversão e distração, de modo que tudo o que nas obras de arte e de pensamento significa trabalho da sensibilidade, da imaginação, da inteligência, da reflexão e da crítica não tem interesse, não "vende". Massificar é, assim, banalizar a expressão artística e intelectual. (CHAUI, p. 309).

Imagem 9: Inteligência artificial

Fonte: Wikipédia, 2024



Exercício de reflexão...

Hoje estamos diante de um dilema interessante no mundo das artes: consumir ou não “obras de arte” produzidas por inteligência artificial? Isso porque programas de inteligência artificial utilizam a internet como banco de dados para compor as suas produções - desconsiderando, no processo, o esforço, o valor do trabalho e a singularidade dos artistas que têm as suas obras de

arte “exploradas” no âmbito digital como base para as produções das inteligências artificiais. Isso é justo? Nesse processo, empresários capitalizam sobre o trabalho do artista... Nesse contexto, podemos considerar como arte a própria criação de uma inteligência artificial? Tudo bem nesse caso? Enfim, reflita sobre essas questões e registre as suas considerações sobre esse dilema contemporâneo vivido no mundo das artes. Caso seja possível, apresente a sua resposta no fórum de discussão disponibilizado pelo seu professor.

A indústria cultural não fomenta a arte, o desenvolvimento do gosto, a contemplação da beleza. O que ela faz é promover mais do mesmo, respeitando a preferência da maioria, submetendo a produção artística às regras do mercado. Livro vira filme, filme vira peça de teatro, peça de teatro vira animação, animação vira musical, musical vira jogo de videogame... Eterna reciclagem do mesmo produto a partir de novas roupagens! Mas se o tema reproduzido por todas essas mídias continua na moda (e continua gerando lucro!), ele será explorado à exaustão - até que o público solicite uma nova temática para satisfazer seus desejos e monopolizar o seu consumismo.

No final das contas, não há problemas caso sua preferência coincida com os produtos da moda - mas não se esqueça: desenvolver seu gosto por meio da aquisição de novos conhecimentos é algo libertador - pois possibilita fruir uma diversidade de produtos com mais consciência, valorizando os seus criadores e educando a sua alma para uma curtição muito mais legítima!

Recapitulando: até aqui você aprendeu que a indústria cultural pode perverter a arte e torná-la um mero produto; que uma vez transformada em produto, as obras de arte são submetidas às regras de mercado e alçadas a objetos de desejo para estimular o consumismo; que a arte descaracterizada de sua essência se transforma em um mero entretenimento, elemento de um espetáculo cujo termômetro é um público já condicionado a consumir aquilo que foi imposto a ele enquanto algo a ser desejado; que não precisamos abrir mão de nossas preferências para desenvolver um gosto artístico que vai nos possibilitar fruir e contemplar a beleza de novas formas.

IV. LEITURA FILOSÓFICA

Até aqui você leu alguns comentários acerca da história e das características da filosofia. Para complementar os seus estudos, logo abaixo você encontra um excerto da bibliografia primária da filosofia - ou seja, ao invés de um comentário ou explicação sobre a filosofia de algum pensador, você irá ler um breve texto de autoria de algum filósofo propriamente dito. Aqui, no caso, separamos um trecho do texto *A era do vazio*, de Gilles Lipovetsky. Boa leitura!

Desde há mais de um século, o capitalismo encontra-se dilacerado por uma crise cultural profunda, aberta, que podemos resumir numa palavra: o modernismo, ou seja, essa nova lógica artística baseada em rupturas e descontinuidades, assentado na negação da tradição, no culto da novidade e da mudança. O código do novo e da actualidade descobre a sua primeira formulação teórica em Baudelaire, para quem o belo é inseparável da modernidade, da moda, do contingente; mas é, sobretudo, entre 1880 e 1930 que o modernismo ganha toda a sua amplitude com o abalar do espaço da representação clássica, com a emergência de uma escrita desprendida das imposições da significação codificada, e depois com as explosões dos grupos e artistas de vanguarda. A partir de então, os artistas não param de destruir as formas e sintaxes instituídas, insurgem-se violentamente contra a ordem oficial e o academismo: o ódio à tradição e raiva de renovação total. Sem dúvida, todas as grandes obras artísticas do passado inovaram sempre de uma maneira ou de outra, introduzindo aqui e ali a derrogação dos cânones em vigor, mas é apenas neste fim de século que a mudança se torna revolução, ruptura clara na trama do tempo, descontinuidade entre um antes e um depois, afirmação de uma ordem resolutamente outra. O modernismo não se contenta com produzir variações estilísticas e temas inéditos, quer romper a continuidade que nos liga ao passado, instituir obras absolutamente novas. Mas o notável ainda é que a raiva modernista desqualifica, no mesmo impulso, as obras mais modernas: as obras de vanguarda, logo depois de produzidas, tornam-se

retaguarda e afundam-se no déjà-vu [já visto]; o modernismo proíbe o estacionamento, impõe a invenção perpétua, a fuga para diante, e é essa “contradição” que lhe é imanente: “A modernidade é uma espécie de autodestruição criadora... a arte moderna não é somente filha da idade crítica, mas crítica de si própria”.

LIPOVETSKY, Gilles. A era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo. Lisboa: Relógio d'Água, s.d. p. 76-77. (ARANHA E MARTINS, p. 450).

V. PARA SABER MAIS...

- Vídeos no YouTube:
 - Estética na filosofia
(Disponível em: https://youtu.be/1hhSJ9D5bxU?si=dHLfS1_BfRffk2tD).
 - Indústria cultural (Disponível em: <https://youtu.be/BhFic-YkXOA?si=eCSBPYv53rT0Mr0p>).
 -
- Textos na internet:
 - Budismo
(Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/2832-andre-bueno>).
 - Filosofia da religião (Disponível em: <https://criticanarede.com/anunesfilosofiadareligiao.html>).
 -
- Livros para expandir o conhecimento:
 - BOTTON, Alain de. **Religião para ateus**. Tradução de Vitor Paolozzi. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.
 - ROSENFELD, Kathrin H. **Estética**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

ATIVIDADES

1. A filosofia da religião vai explorar de forma crítica temas como:

- A) a relação entre o natural e o sobrenatural.
- B) as experiências místicas relacionadas ao sagrado.
- C) a fé se manifesta em distintos povos e lugares.
- D) as diferenças entre revelação e iluminação.
- E) todas as alternativas acima estão corretas.

2. Tanto a religião quanto a arte são manifestações distintivas do ser humano porque:

- A) todos os animais, mesmo os não-humanos, possuem ritos religiosos e artísticos.
- B) algumas pessoas podem ter religião e serem artistas, mas outras não.
- C) apenas a nossa espécie é capaz de se conectar e contemplar o sagrado e a beleza.
- D) a arte se relaciona com o sagrado, tal como vemos em algumas espécies de primatas.
- E) todo ateu se apoia na arte para encontrar sentido na vida, o que é uma contradição.

3. Sobre a experiência estética podemos afirmar que:

- A) não visa ao conhecimento lógico, medido em termos de verdade.
- B) possui uma relação estreita com a beleza.
- C) não pode ser julgada em termos de utilidade para determinado fim.
- D) não tem como alvo a ação imediata.
- E) todas as alternativas acima estão corretas.

4. A reprodução de uma obra de arte na contemporaneidade pode ser considerado algo:

- A) negativo, porque não gera lucro para a indústria fonográfica.
- B) negativo, porque esvazia a arte de suas características essenciais.
- C) positivo, porque torna a arte uma forma de entretenimento.
- D) positivo, porque submete a arte às regras do mercado.
- E) positivo, porque não acontece de forma massificada.

5. A indústria cultural define a cultura como:

- A) entretenimento e distração.
- B) trabalho da sensibilidade.
- C) manifestação da imaginação.
- D) reflexão crítica.
- E) expressão intelectual.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

8. Analise a charge abaixo e responda:



(Fonte: CAZO, 2024)

A) De que modo podemos dizer que a charge ao lado representa aspectos da indústria cultural?

B) Qual relação podemos estabelecer entre datas comemorativas, consumismo e as relações humanas?

REFERÊNCIAS

A NOITE estrelada. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/A_Noite_Estrelada. Acesso em: 05 ago. 2024.

ARANHA Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: Introdução à Filosofia**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2009.

BARTLETT, , Jamie. Como a internet está matando a democracia. In:

Revista do Instituto Humanitas Unisinos, [s.l.], [21 mar. 2019]. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/587664-como-a-internet-esta-matando-a-democracia>. Acesso em: 03 jun. 2024.

BOTTON, Alain de. **Religião para ateus**. Tradução de Vitor Paolozzi. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.

BUDISMO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Budismo>. Acesso em: 05 ago. 2024.

CATELANO, Otávio Z. As redes sociais estão transformando a democracia. Como?. In: **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, [s.l.], [05 set. 2022]. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/621880-as-redes-sociais-estao-transformando-a-democracia-como>. Acesso em: 03 jun. 2024.

CAZO. Dia das mães. **Blog do AFTM**, [S.l.], 17 maio 2024. Disponível em: <https://blogdoaftm.com.br/charge-dia-das-maes-2/>. Acesso em: 05 ago. 2024.

CAZO. Guerra. **Blog do AFTM**, [S.l.], 29 out. 2023. Disponível em: <https://blogdoaftm.com.br/charge-guerra/>. Acesso em: 05 ago. 2024.

CHAUÍ, Marilena. **Iniciação à filosofia**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2016.

ESTÉTICA na filosofia - Brasil escola. [S.l.: s.n.], 05 fev. 2021. 1 vídeo (20:44min). Publicado pelo canal Brasil Escola Oficial. Disponível em: https://youtu.be/1hhSJ9D5bxU?si=dHLfS1_BfRffk2tD. Acesso em: 05 ago. 2024.

FACHIN, Patrícia. Budismo. Transcendência para todos: a filosofia budista. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, [S.l.], 28 set. 2009. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/2832-andre-bueno>. Acesso em: 05 ago. 2024.

FILOSOFIA política / Brasil escola. [S.l.: s.n.], 13 set. 2020. 1 vídeo (17:29min). Publicado pelo canal Brasil Escola Oficial. Disponível em:

<https://youtu.be/PUUNVm5gkGE?si=dHeARMDuvvyIJdT6>. Acesso em: 05 ago. 2024.

HAN, Byung-Chul. **No enxame**: Perspectivas do digital. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

INDÚSTRIA cultural - Quer que desenhe. [S.l.: s.n.], 17 ago. 2022. 1 vídeo (07:21min). Publicado pelo canal Descomplica. Disponível em: <https://youtu.be/BhFic-YkXOA?si=eCSBPYv53rT0Mr0p>. Acesso em: 05 ago. 2024.

INTELIGÊNCIA artificial. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Intelig%C3%A4ncia_artificial. Acesso em: 05 ago. 2024.

JERUSALÉM. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Jerusal%C3%A9m>. Acesso em: 05 ago. 2024.

MAQUIAVEL. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Nicolau_Maquiavel. Acesso em: 05 ago. 2024.

NAZISMO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Nazismo>. Acesso em: 05 ago. 2024.

NOTÍCIA falsa. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Not%C3%ADcia_falsa. Acesso em: 05 ago. 2024.

NUNES, Álvaro. Filosofia da religião. **Crítica na rede**, [S.l.], p7 jan. 2016. Disponível em: <https://criticanarede.com/anunesfilosofiadareligiao.html>. Acesso em: 05 ago. 2024.

PIERRE Lévy responde: o que a internet está fazendo conosco? Fronteiras, [S.l.], set. 2019. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/leia/exibir/pierre-levy-responde-braskem>. Acesso em: 05 ago. 2024..

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Educação. **Currículo Referência de Minas Gerais**: Ensino Médio. Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Currículo%20Referência%20do%20Ensino%20Médio.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Educação. **Plano de Curso**: EJA. Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/index.php/plano-de-cursos-crmg>. Acesso em: 03 jun. 2024.

O QUE é totalitarismo? História - Resumo desenhado. [S.l.: s.n.], 23 maio 2020. 1 vídeo (07:54min). Publicado pelo canal História ao Quadrado. Disponível em: <https://youtu.be/cuZE54tcL68?si=dBR1jyzGNjMxjfA6>. Acesso em: 05 ago. 2024.

POP art. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Pop_art. Acesso em: 05 ago. 2024.

PORFÍRIO, Francisco. Democracia. **Brasil Escola**, [S.l.], 2024. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/democracia.htm>. Acesso em: 05 ago. 2024.

ROSENFELD, Kathrin H. **Estética**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

SAVATER, Fernando. **Política para meu filho**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SEPARAÇÃO de poderes. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Separa%C3%A7%C3%A3o_de_Poderes. Acesso em: 05 ago. 2024.